

Opinião no jornalismo brasileiro

Prof. José Marques de Melo

Opinião no Jornalismo Brasileiro, de autoria do prof. José Marques de Melo, está de volta às livrarias. Reunindo o essencial da tese de livre-docência apresentada na ECA-USP em 1983, a 2ª edição revista traz uma importante contribuição para o estudo do jornalismo brasileiro.

O autor dedica-se nessa obra a conceituar, categorizar, classificar e caracterizar o jornalismo opinativo. Em sua análise incluem-se os principais estudos sobre jornalismo na Europa e nos EUA. Define o jornalismo como “um processo contínuo, ágil, veloz, determinado pela atualidade. O fio de ligação entre emissor e receptor é o conjunto dos fatos que estão acontecendo. O ponto de tensão entre ambos está na diferença entre o que a coletividade gostaria de conhecer e o que a instituição jornalística quer fazer saber”.

O autor verifica “a existência de duas categorias fundamentais no jornalismo”, aceitas consensualmente pelos estudiosos da área: informativa e opinativa, descartando outras categorias propostas. Reconhece também que “cada processo jornalístico tem sua dimensão ideológica própria, independentemente do artifício narrativo utilizado”.

Para classificar os gêneros jornalísticos o autor recorre à história da imprensa, observando que já no início do século 18 o editor inglês Samuel Buckeley iniciara essa tarefa. Depois de apresentar e comentar as classificações dos gêneros peculiares do jornalismo brasileiro, descarta a existência de um jornalismo “interpretativo”, conforme havia proposto Luiz Beltrão. Dois critérios foram adotados para chegar à nova classificação: de um lado, a “intencionalidade determinante dos relatos”, identificados em

duas vertentes — “a reprodução do real e a leitura do real”; de outro lado, “a natureza estrutural dos relatos observáveis nos processos jornalísticos”.

Teríamos então como norteadores, no primeiro caso, a distinção entre mensagens denotadas e conotadas e, no segundo caso, os gêneros do jornalismo informativo estruturando-se “a partir de um referencial exterior” à instituição jornalística e os do jornalismo opinativo onde “a estrutura da mensagem é codeterminada por variáveis controladas pela instituição jornalística...”.

O autor analisa os “mecanismos da expressão apurativa”, destacando desde a interferência da direção até a função de títulos e manchetes no resultado final produzido, o jornal. Através desses “mecanismos” é que as contradições entre os diversos envolvidos na produção da notícia se expressam. São eles os artifícios utilizados, técnica e politicamente, na construção do discurso da imprensa. A notícia será um “produto negociado” entre as tensões existentes em todo o processo.

No último capítulo o prof. José Marques de Melo procura demonstrar como se expressa a opinião no jornalismo brasileiro. Aqueles gêneros propostos por ele serão estudados um a um, buscando sua especificidade e correspondência com o jornalismo praticado em outros países. A opinião do autor é clara: “A manifestação de opinião no jornalismo contemporâneo não é um fenômeno monolítico”, e mais “... toda instituição jornalística possui sua linha editorial que, através da seleção de informações (pauta, cobertura, copidesque), entrelaça o fluxo noticioso e lhe dá um mesmo sentido. Mas existe uma abertura para que a valoração das notícias possa ensejar a circulação de diferentes pontos de vista”.

Para caracterizar os gêneros opinativos o autor apresenta uma análise criteriosa sobre sua especificidade, espaço ocupado e função na imprensa brasileira, trazendo sempre aproximações com seu similar na imprensa internacional.

Extremamente oportuno o lançamento da 2ª edição revista dessa obra, a partir da qual pesquisadores e estudantes têm uma referência fundamental para analisar a imprensa brasileira. Ela, que a todos questiona, e é considerada por muitos como o “quarto poder”, quem diria, tornou-se alvo de um questionamento inteligente, crítico e capaz de captar seus mecanismos de expressão, mesmo considerando as “mutações vertiginosas”.

João Elias Nery, mestre em Comunicação Social pelo IMS.

O livro é fruto do seminário *Jornalismo Eletrônico ao Vivo*, realizado em 1992 pelo Centro Cultural Cândido Mendes, tradicional promotor de debates sobre a comunicação contemporânea brasileira. É interessantíssimo como instrumento para o conhecimento das práticas e experiências de alguns dos mais importantes jornalistas do país. Muitas das histórias reveladas ainda não tinham sido tão clara e coletivamente contadas e eram, portanto, desconhecidas dos estudiosos e da população em geral. No depoimento de Caco Barcelos, por exemplo, o experiente e acreditado repórter da Rede Globo descreve as arriscadas e difíceis situações por que passou para realizar entrevistas com alguns dos engenheiros da Petrobrás sequestrados pela guerrilha na Colômbia (suas tentativas duraram 42 dias, e já tinham assassinado 37 jornalistas). Ele conta também como conseguiu entrar na Usina Nuclear de Angra dos Reis e oferece ainda alguns conselhos oportunos, através de relatos saborosos e úteis para todas as pessoas interessadas na “dinâmica” do telejornalismo.

O jornalista Heródoto Barbero traz interessante contribuição ao apresentar a CBN, a primeira emissora de rádio com 24 horas só de notícias do país. Entretanto, Barbero comete injustiça ao elencar a quantidade de emissoras da Igreja Católica esquecendo de enumerar a importância da Rede da Igreja do “bispo” Edyr Macedo e os “cartéis eletrônicos” formados por políticos, como Antonio Carlos Magalhães — que tem noventa emissoras de rádio e TV da Bahia em mãos de parentes e correligionários —, por exemplo. Estudo de Daniel Herz (veiculado no jornal *Unidade* do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de S. Paulo em julho de 1991) traça este perfil e mostra o domínio de políticos como o ex-presidente José Sarney, Jader Barbalho, Paulo Pimentel, Orestes Quêrcia, entre outros, na comunicação eletrônica brasileira. Vale lembrar que o governo deve ter distribuído novas quinzentas concessões para emissoras de rádio até o final de 1994!

O livro apresenta ainda o depoimento do âncora Boris Casoy e de Léo Batista, que falam da profissão e das suas histórias de vida. Uma saudável participação é a do jornalista Celso Ming, que relata as dificuldades do jornalismo econômico, área tradicionalmente desconhecida da população — e árida para os jornalistas

— mas profundamente necessária num país com a pirotecnia financeira do Brasil. Nelson Hoineff reflete sobre as novas tecnologias de comunicação, Sandra Passarinho fala da sua experiência como primeira correspondente da TV Globo em Londres e Jorge Pontual traça um histórico e produtivo perfil do Globo Repórter. São relatos saborosos e de interessante acompanhamento. Tem também Sérgio Cabral, que relata os períodos e particularidades do jornalismo esportivo no rádio, Sônia Carneiro, que descreve sua trajetória na Rádio Jornal do Brasil, e Villas-Bôas Corrêa, que alerta que “nenhum jornal no país tem seção fixa dedicada à cobertura legislativa”, e que “na TV... a cobertura política é decepcionante”. Zevi Ghivelder discorre sobre os modelos do jornalismo eletrônico alienígena e brasileiro e compara o jornalismo praticado pela Rede Manchete com seus concorrentes.

Todavia, o que faz uma obra deste porte abrir espaço para as digressões de Zeca Camargo e Leonor Correia? O primeiro revela não dominar o tema central do livro e na palestra/texto “Nos embalos da MTV” exercita inadequado narcisismo e alienação sobre o jornalismo eletrônico ao discorrer sobre sua ideologia profissional e se ater em demasia na apresentação da MTV. A segunda, não traz contribuição de peso pois fica nos bastidores dos programas de auditório, que nada têm a ver com jornalismo eletrônico. Por último, a observação de que uma obra com o perfil e relatos dos participantes não deveria receber no título o “ao vivo”: boa parte deles é de comentaristas e repórteres que não entram no ar “ao vivo” e sim editados. Isto pode confundir as pessoas interessadas nas dificuldades, especificidades e delicadezas do jornalismo eletrônico realmente feito ao vivo nos meios eletrônicos de comunicação do país.

Sebastião Squirra, professor da ECA-USP.

Um estudo sobre cultura popular

A queixa é geral: nem as instituições nem os professores se interessam pela cultura popular. Costumo ouvir isso de diferentes pesquisadores, tanto quanto de alunos universitários que, mesmo nos cursos humanísticos, quando optam por algum trabalho no campo do popular, acabam tendo dificuldades para encontrar um professor orientador.

Verificar até que ponto esse preconceito se repetia nas pesquisas desenvolvidas nos diferentes programas de pós-graduação das escolas de comunicação brasileiras foi, justamente, o objetivo da autora de *A Pesquisa do Popular na Comunicação: uma análise metodológica*. Ana Carolina Damboriarena Escosteguy fez cuidadoso levantamento do corpus escolhido, selecionou trabalhos que passou a analisar e chegou pelo menos a duas conclusões que resgato: existe, sim, preconceito em relação ao campo do popular, tanto que o número de trabalhos sobre o tema é relativamente reduzido. Mais que isso, quando ele surge, está muito mais dirigido à sua presença num meio de comunicação massiva — que é sua própria e primeira antítese — a televisão (p. 78), do que sobre a articulação específica desse mesmo popular ou dele com outros exemplos de produção cultural e comunicacional.

Sob a ótica de sua preocupação estampada no título do trabalho, contudo, Ana Carolina vai mais longe: conclui que, em geral, inexistente problematização e crítica metódica nos trabalhos (p. 195), mesmo que o aparelho teórico esteja mencionado e até estudado e se coloque apto a embasar a pesquisa proposta. Ocorre, contudo, desproporção de seu uso na concretização do trabalho, estando quase ausente a articulação dinâmica das duas partes, de tal forma que se acaba apenas analisando o material colhido no levantamento de dados, sem aplicação direta das linhas teóricas selecionadas.

No fundo, objetivamente, nenhuma real surpresa em relação a tais conclusões. Quanto à segunda, Ana Carolina foi aluna e realizou esta pesquisa sob orientação da profa. Maria Immacolata Vassalo Lopes que, pelo menos desde a publicação de seu estudo *Pesquisa em Comunicação: formulação de um modelo metodológico*, já identificara a situação. Quanto à primeira, o trabalho de Ana Carolina evidencia que existem responsabilidades objetivas que devem ser necessariamente questionadas: os programas de pesquisa, os mestres orientadores, os preconceitos culturais que persistem em nossa universidade. Afinal, os alunos não agem com autonomia enquanto autores de suas pesquisas, mas seguem orientação de um mestre. É hora, pois, de a Universidade brasileira assumir uma identidade e olhar para o umbigo do país, sem vergonha, e sem copiar, apenas, teorias importadas.

Aliás, se o trabalho de Ana Carolina articula pressupostos teóricos europeus como a preocupação com o popular de Antonio

Gramsci, perspectivas críticas desenvolvidas pela Escola de Frankfurt e princípios funcionalistas, aplica, na prática, metodologias e teorias latino-americanas, como as do peruano Nestor García Canclini (p. 127), mais conhecidas no Brasil depois do retorno da prof^a Regina Festa de seus estudos sobre o popular, e cujos conceitos explicitamente são assumidos pela pesquisadora.

O levantamento exaustivo da bibliografia disponível, tanto em termos das teses analisadas quanto dos estudos publicados mundialmente, fica ainda mais valorizado por esta opção latino-americanista. O que se deve lamentar apenas é que, intempesivamente, a autora, na citação bibliográfica, não se tenha preocupado em atualizar as obras, mencionando edições originais estrangeiras quando já existem, eventualmente, traduções portuguesas ou brasileiras.

À exceção deste senão, a pesquisa de Ana Carolina é exemplar, e deveria ser catecismo para quem trabalha num curso de comunicação.

Antonio Hohlfeldt, professor da PUC-RS.

Crítica e autocrítica do jornalismo

A Universidade Estadual de Campinas vem se destacando no panorama acadêmico pela inovatividade e vanguardismo. Principal centro brasileiro de pesquisa aplicada, busca através da cooperação com as empresas e o governo reduzir a distância entre o ensino superior e o cotidiano da nossa sociedade.

Evidência dessa vocação modernizante da Unicamp é a recente criação do *Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo* — Labjor — iniciativa do prof. Carlos Vogt, que pretende contribuir para a melhoria da informação de atualidades nesta conjuntura em que a imprensa nacional protagoniza seu mais célebre papel.

Na verdade, a nossa imprensa sempre esteve no foco das atenções da cidadania, captando as tendências emergentes da opinião pública e quase sempre legitimando-as. Não se pode compreender a história recente do país sem tomar em consideração o comportamento dos jornais diários. O *brazilianist* Alfred Stepan já havia notado, por exemplo, a frustração de todas as tentativas de golpes de Estado, na segunda metade deste século, que não contaram com o apoio da mídia.

Da mesma maneira que a corporação militar precisou con-

quistar a adesão da imprensa para mobilizar o sentimento civil e empalmar o poder em 1964, a transição “lenta, gradual e segura” só emplacou depois do término da censura, permitindo que jornais e revistas ecoassem as aspirações democráticas da sociedade.

Até então, atribuía-se à imprensa o papel de *suporte* das mudanças institucionais. Recentemente, eclodiu a tese de que a sua função tem sido muito mais de alavanca histórica. O *impeachment* de Collor e a desarticulação da “máfia do orçamento” teriam resultado da ação investigativa de intrépidos repórteres e da ousadia editorial de modernas empresas noticiosas. Boa parte da corporação jornalística assume tal postura ufanista.

É possível demonstrar essa hipótese? A pergunta esteve no cerne dos debates que se realizaram em Campinas, São Paulo, no período de 12 a 14 de abril de 1994, durante o seminário *A Imprensa em Questão*, evento fundador do Labjor.

*José Marques de Melo, coordenador do IMS
e pesquisador associado ao
Laboratório de Estudos Avançados
em Jornalismo da Unicamp.*